

NOVAS DEMANDAS, NOVOS TEMPOS. O PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL NAS ORGANIZAÇÕES CONTEMPORÂNEAS

Reginaldo GUIRALDELLI¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a gênese do Serviço Social no Brasil e seus percalços históricos em decorrência dos aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais apresentados ao longo do tempo em contextos diversificados. Além disso, buscar-se-á uma compreensão das Organizações e a inserção do Assistente Social nas mesmas, tendo em vista os limites e as possibilidades da atuação profissional.

Palavras-chave: serviço Social, organizações, prática profissional.

SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: GÊNESE, HISTÓRIA, ASPECTOS LEGAIS E CONJUNTURA

O Serviço Social no Brasil surge na década de 1930 para dar respostas não aos segmentos que buscavam na assistência

¹ Mestrando em Serviço Social pela UNESP/Franca e membro do Núcleo de Pesquisa "Mentalidade e Trabalho: do local ao global" da UNESP/Franca-SP.

social medidas legítimas para a situação de miséria e desemprego até então apresentada na conjuntura da época, e sim para atender aos interesses da tríade: Igreja Católica, Estado e elite dominante que viam neste um elemento de contenção dos conflitos sociais que se expandiam de forma desenfreada.

No mais, o Serviço Social surge no desenrolar da “questão social”, expressão do antagonismo capital/trabalho que se iniciou na década de 1920 no contexto brasileiro. Tal elemento representa a matéria-prima do trabalho do assistente social.

Por “questão social”, como salienta Iamamoto e Carvalho (2000, p.126) entende-se a emergência da classe operária na cena política exigindo do Estado seu reconhecimento e necessidades, com vistas a adotarem políticas públicas que atendessem seus interesses. Essa classe operária era diversificada e plural, representada em sua maioria por imigrantes, além dos trabalhadores marginalizados que deixaram o campo e buscavam no espaço urbano uma melhoria nas suas condições de vida e trabalho.

É importante destacar que no bojo do surgimento do Serviço Social, o Brasil e o mundo atravessavam inúmeros problemas como a crise da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1929, o regime nazifascista na Europa, o governo de Getúlio Vargas, o surgimento do Partido Comunista Brasileiro e a Semana de Arte Moderna em 1922.

Conforme elucida Iamamoto e Carvalho (2000, p.131), a primeira medida jurídica criada para atender aos anseios da população operária ocorreu em 1919, sendo uma legislação social que responsabilizava as empresas pelos acidentes de trabalho.

No contexto de seu surgimento, a ação do Serviço Social foi de suma importância para a manutenção e reprodução da ordem estabelecida. A constituição do Serviço Social serviu essencialmente para atender aos interesses do capital e dar respostas às necessidades de sobrevivência dos trabalhadores.

Conforme demonstra Martinelli (2000, p.115), o Serviço Social brasileiro sofre as influências do Serviço Social europeu orientado por um viés sociológico conservador e abordagem grupal. No início do século XX as idéias de Auguste Comte (1798-1857) e de Émile Durkheim (1858-1917) floresciam com êxito por toda a Europa.

Tal corrente seguia em direção contrária ao Serviço Social americano, voltado para uma linha psicanalítica com abordagem individual.

As ações dos assistentes sociais estavam voltadas para práticas de cunho assistencialista sendo vistas como benesses, doações e não numa perspectiva de direito de cidadania. Por um longo período tais ações se restringiram à medidas paliativas, focalistas e com forte influência da moral cristã.

As intervenções realizadas pelos assistentes sociais consistiam essencialmente na adaptação do indivíduo ao meio social e em pesquisas das causas e dos males sociais não só para remediar, mas visando a prevenção de seu reaparecimento e para curá-los.

[...] os Assistentes Sociais vêem a necessidade de intervir na crise de “formação moral, intelectual e social” da família. É necessário reajustá-la através de uma ação educativa de longo alcance, para que obtenha um padrão de vida que lhe possibilite um “mínimo de bem-estar material”, a partir do qual se poderá começar sua reeducação moral. Procuram, portanto, segundo uma perspectiva muito próxima à filantropia tradicional – que tanto criticam – minorar de forma autoritária e paternalista esses problemas de ordem material (IAMAMOTO; CARVALHO, 2000, p.206).

As escolas de Serviço Social surgem na década de 1930 em detrimento da necessidade de uma melhor qualificação e preparo técnico para a intervenção na realidade. Tal intervenção era contagiada por uma política de cunho paternalista e autoritária. A primeira escola de Serviço Social surge em São Paulo no ano de 1936, porém conforme ressalta Iamamoto e Carvalho (2000, p.186), foi na década de 1940 que começou a expansão dos cursos pelos diversos Estados do país e em 1947 realizou-se o I Congresso Brasileiro de Serviço Social.

A necessidade de formação técnica especializada para a prática da assistência é vista não apenas como uma necessidade particular ao movimento católico. Tem-se presente essa necessidade, enquanto necessidade social que não apenas envolve o aparato religioso, mas também o Estado e o empresariado (IAMAMOTO; CARVALHO, 2000, p.184).

Embora se buscasse tal qualificação, havia uma grande fragilidade teórica, visto que a formação do profissional se consistia em conhecimentos morais e éticos, sob a influência do pensamento católico. Isso faz se notar na atuação do profissional que realizava aulas de trabalhos manuais, por exemplo, tricô, orientações concernentes à higiene, moral, orçamento doméstico, aconselhamentos, dentre outros. Para sintetizar, as escolas de Serviço Social ensinavam a cozinhar, lavar e passar roupas, realizar a limpeza da casa, visitar domicílios, bordar e outras atividades da vida cotidiana dos trabalhadores.

Outro aspecto que merece destaque é a predominância feminina no Serviço Social brasileiro, que no seu surgimento alimentava a ideologia de que a mulher possuía qualidades peculiares para atuar na área social.

Em suma, para a formação do Assistente Social eram necessários quatro elementos, segundo Iamamoto e Carvalho (2000, p.223): a base científica, técnica, moral e doutrinária.

É nesse emaranhado de relações que surge o Serviço Social e com ele,

[...] as grandes instituições assistenciais e previdenciárias que, articuladas com os setores dominantes, procuram responder às pressões dos setores urbanos em desenvolvimento, passando as iniciativas assistenciais, incorporadas pelo Estado, a constituir mecanismos de apoio à aceleração do processo de desenvolvimento capitalista do país (SILVA, 1995, p.24).

Dentre as instituições surgidas no período merecem destaque o Conselho Nacional de Serviço Social no ano de 1938; a Legião Brasileira de Assistência em 1940; o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial em 1942; o Serviço Social da Indústria (SESI), o Serviço Social do Comércio (SESC) e a Fundação Leão XIII em 1946.

No cerne da expansão de algumas instituições, algumas delas destacadas acima, o mercado de trabalho para o Serviço Social vai ganhando campo e legitimação, o que vai marcar a profissão no que tange ao seu caráter de atividade institucionalizada.

No ano de 1948 elabora-se o Código de Ética Profissional, pautado na doutrina neotomista e positivista, com vistas à “fazer o bem”. Os Códigos de Ética posteriores, de 1965 e 1975 também terão tais influências. Somente o Código de Ética de 1986 vai romper com essa perspectiva tradicional, já orientado por um viés marxista.

Na década de 1960 a conjuntura nacional e internacional passa por inúmeros problemas de ordem política, econômica, cultural e social.

No Brasil, especificamente, João Goulart assume a presidência do país mediante a renúncia de Jânio Quadros, com vistas a uma política populista radicalizada que objetivava a ruptura com a internacionalização da economia brasileira, propondo um nacionalismo desenvolvimentista.

É necessário fazer menção que nessa década a Teologia da libertação vem à tona e passa a ser considerada como uma ala subversiva da Igreja Católica.

Nesse período, os assistentes sociais comprometidos com essa nova perspectiva, muitos assumindo o posicionamento dos cristãos de esquerda, engajam-se no MEB, organizado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, voltando-se, inicialmente, para um trabalho de alfabetização, passando depois para a animação popular e para um trabalho de sindicalização. Dá-se também a participação de alguns assistentes sociais nos trabalhos de cultura popular de Paulo Freire, despontando o emergir de uma prática profissional questionadora do *status quo* (SILVA, 1995, p.29).

O ano de 1964 marca a instauração do regime militar no Brasil, fruto de um golpe estratégico, e que significará durante 21 anos um governo de repressão, torturas, prisões, tudo isso pautado na concepção da Segurança Nacional. Tal regime adota uma política econômica com abertura internacional, fazendo crescer o Produto Interno Bruto (PIB) e gerando o que ficou conhecido por “Milagre Brasileiro”, que na verdade contribuiu para o acirramento das desigualdades sociais. O direito de greve é abolido e “Em consequência a política social se coloca como estratégia para atenuar

seqüelas do desenvolvimento do capitalismo monopolista no país, marcado pela superexploração da força de trabalho e pela forte concentração de renda” (SILVA, 1995, p.32).

Nesse quadro, o Serviço Social já havia sofrendo algumas mudanças significativas numa ala da profissão, onde emergia uma vertente crítica que objetivava alterações no seio da profissão. É nessa década que dar-se-á início ao que ficou conhecido por Movimento de Reconceituação do Serviço Social. Tal movimento não é um fenômeno peculiar do Brasil e sim verificado também nos países do Cone Sul, que insatisfeitos pela conjuntura estabelecida, buscavam a superação de seus limites teórico-metodológicos e político-ideológicos.

Diante do quadro exposto, torna-se imprescindível um repensar da prática do Serviço Social, sendo que se tornava cada vez mais necessária uma ação eficiente e eficaz para as respostas institucionais e sociais.

Em busca dessa reformulação, realiza-se em 1967 o Encontro de Araxá e em 1972, o Encontro de Teresópolis. Assim, o Serviço Social propunha a ruptura com seu caráter de neutralidade e com os interesses dominantes, além de buscar o compromisso com a população usuária.

[...] o Movimento de Reconceituação procura se orientar por uma perspectiva dialética, com base na concepção de Estado ampliado, que permite perceber a instituição como espaço contraditório e de luta de classes. A partir daí, começa a se desenvolver um esforço no sentido de fortalecer a prática institucional, vista na sua articulação com os movimentos sociais populares organizados, passando a se configurar a possibilidade de uma dissolução entre os objetivos institucionais e os da prática profissional (SILVA, 1995, p.39-40).

A emergência do Movimento de Reconceituação tinha o intuito de questionar e refletir o referencial teórico-metodológico do Serviço Social, seja no plano político, social, técnico ou ideológico.

Com o Movimento de Reconceituação, conforme sustenta Netto (2001), o Serviço Social se processará em três direções, sendo elas: 1) a perspectiva modernizadora, influenciada pela vertente

funcional-estruturalista; 2) a reatualização do conservadorismo, com cunho psicologizante e traços da doutrina social da Igreja, e; 3) a intenção de ruptura, que inspirada nas obras de Marx realiza críticas ao Serviço Social tradicional. *

Na década de 1970 o país atravessa uma onda de crises decorrente da desmistificação do “Milagre Brasileiro”, a crise do petróleo, altos índices inflacionários, dívida externa elevada, desembocando numa crise alarmante do Estado.

Nessa mesma década, o Serviço Social se apropria do marxismo, representado pela vertente estruturalista de Althusser, que analisava as instituições como aparelhos ideológicos do Estado.

Já no final dos anos de 1970 inicia-se a “abertura” política com o governo João Batista Figueiredo (1979-1985), além dos movimentos de trabalhadores e sindicais que ressurgiam em meio à repressão da época.

Nos anos 1980 a Teoria Social de Marx passa a ser apropriada pelo Serviço Social diante de um processo de “ruptura” com o chamado Serviço Social Tradicional. A profissão começa a questionar a essência da sociedade capitalista, rompendo com a prática neutralizada e de caráter harmonioso, para atuar de forma crítica nos conflitos e contradições apresentados, com vistas à transformação social.

Em 1985 presencia-se na sociedade brasileira o fim da ditadura militar e o advento da Nova República.

O Estado apresenta sinais de esgotamento diante da crescente dívida externa, arrocho salarial, inflação elevada e um quadro de pobreza alarmante.

A assistência social passa a ser utilizada como forma de administrar a miséria na busca de evitar o aprofundamento da questão social e ampliar as bases de legitimidade social do governo, na medida em que procura incorporar reivindicações e necessidades imediatas de sobrevivência, direcionando-se para os setores populares mais marginalizados, individualizando-os, e buscando, com isso,

esvaziar e imobilizar a organização e a resistência desses grupos enquanto classe (SILVA, 1995, p.47).

O novo Estado elege como prioridade a estabilização econômica, realizando reformas estruturais por meio de incentivos estrangeiros e ditames do FMI e do Banco Mundial, sem se importar com as conseqüências sociais de tais políticas adotadas.

A promulgação da Carta Magna em 1988, marco histórico para a sociedade brasileira, resultante de árduas lutas e reivindicações, representou no plano jurídico-institucional a conquista de inúmeros direitos de cidadania que até então não eram reconhecidos em âmbito nacional.

É nesse ínterim que a assistência social adquire o status de política pública, dever do Estado e direito do cidadão². Porém, será com a aprovação da Lei nº8742, de 07 de dezembro de 1993, a LOAS, Lei Orgânica da Assistência Social, que a política de assistência social se torna regulamentada, visto que são definidos os princípios doutrinários e organizativos.

Tal momento pode ser considerado uma conquista na trajetória da assistência social brasileira, pois a concretização dos referidos aspectos legais foi resultado de incomensuráveis debates, esforços, mobilizações e lutas por parte da categoria profissional de assistentes sociais, demais trabalhadores da área social e da sociedade civil.

Também em 1993, é formulado um novo Código de Ética Profissional, que tem por objetivo romper com os resquícios do Serviço Social Tradicional. Esse Código pauta-se em princípios de igualdade, liberdade, justiça social, além de focar a questão do pluralismo na profissão.

Mesmo com a Constituição Federal de 1988, a promulgação da LOAS e do Código de Ética Profissional em 1993, a assistência social não perdeu seu caráter de seletividade. Tal situação legitima o que Lamamoto (2003, p.161) salientou como sendo o assistente social um “juiz rigoroso da pobreza”.

² Segundo Silva (2001, p.8), “[...] cidadão é aquele que usufrui os bens e serviços produzidos socialmente e participa de forma livre, consciente e autônoma das decisões sobre a vida de seu país, em todas as dimensões (política, econômica, cultural, ética, etc.) e esferas de exercício do poder”.

Ao adotar a política neoliberal, o Estado brasileiro minimizou suas atenções para a esfera social, dando ênfase à lógica do capital. Tal política representou a retração estatal e o desmonte de uma série de direitos até então conquistados em decorrência de árduas lutas e do protagonismo da sociedade civil³.

Nesse contexto, o Estado passa a transferir parcelas de sua responsabilidade social para a sociedade civil, o que propiciou a expansão do Terceiro Setor.⁴ De fato, o que ocorreu foi a redução e a falta de investimento em políticas sociais públicas, transferindo esse ônus para a esfera privada.

Outro elemento crucial nesse cenário é que o Brasil não se constituiu como um Estado de Bem-Estar Social, diferentemente de alguns países do norte tidos por desenvolvidos e de orientação social-democrata. O Estado de Bem-Estar não alterou o modo de produção, e sim, manteve o sistema capitalista, porém provocou significativas mudanças pautadas em princípios de igualdade e coletividade.

A partir do governo Collor, o Brasil adere aos propósitos do neoliberalismo que atingirá diretamente a política de assistência social que “perde” sua dimensão pública e universal⁵.

Conforme salienta Sposati,

[...] cabe à assistência social responder por um conjunto de necessidades sociais, mesmo que estas se apresentem com maior incidência para os que menos têm. Isto não deve, e não pode, significar que a assistência social é uma política para as necessidades do pobre necessitado. Uma política social deve operar com o horizonte de universalidade de cidadania (SPOSATI, 2001, p.58).

³ Conforme Francisco José Soares Teixeira (1996), o neoliberalismo retoma a tese de que o mercado é a única via capaz de coordenar os problemas sociais, e sendo assim, objetiva que o mercado seja a instância onde os problemas apresentados pelos homens sejam solucionados.

⁴ Como sustenta Cavalcanti (2001), o Terceiro Setor não é Estado nem mercado, são organizações não-governamentais. Tal setor corresponde a uma área estratégica da economia, tendo crescido expressivamente nos últimos anos, gerando empregos e lucros para a economia. Em 1998 é consolidado o marco legal do Terceiro Setor, que dispõe sobre a qualificação das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP.

⁵ Paiva & Rocha (2001, p.99), destacam que “[...] o financiamento da área da assistência social é, sem dúvida, um dos determinantes da impotência desta política pública. A ação financiada pelo governo federal tem oscilado entre 1% e 2% do Orçamento da Seguridade Social, quando o compromisso do fundo público deveria contemplar aumentos anuais, a partir do mínimo de 5% do orçamento, conforme decisões das duas Conferências Nacionais realizadas pelo movimento social erguido em defesa da LOAS”.

Diante da conjuntura apresentada, o Brasil encerra o século XX e adentra o século XXI com inúmeros problemas sociais que clamam respostas efetivas e emergentes, como a miserabilidade de grande parcela da população, o desemprego em dimensão estrutural, fruto da reestruturação capitalista, acirramento das desigualdades sociais, guerras xenofóbicas, expressando a intolerância humana, agravamento da “questão social” e atualmente uma crise política na gestão do presidente Luís Inácio Lula da Silva que desestrutura ainda mais o aparelho estatal e deixa a população sem perspectiva de melhorias para a vida em sociedade.

Assim, novos desafios são colocados para os profissionais do Serviço Social no trato da “questão social”, onde estes precisam buscar ações e políticas que atendam a população e possam garantir os direitos básicos de cidadania.

A PRÁTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA ATUALIDADE: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

O tema da prática, pouco teorizado mas muito debatido, é por todos evocado. Costuma ser tratado com certo reducionismo, quando não considerado um tema menor, um objeto teoricamente pouco significativo. Isto se deve ao fato de o mesmo se apresentar como se fosse uma coisa óbvia, de todos conhecida (GENTILLI, 2001, p.74).

Diante do que foi descrito faz-se necessária uma abordagem da prática profissional do assistente social nas organizações nos dias atuais, entendendo o Serviço Social como um campo do saber circunscrito na divisão sócio-técnica do trabalho, de natureza interventiva, que surge no Brasil no século XX para atuar no trato da “questão social”. Além disso, tratar a problemática é um aspecto crucial, visto que em todos os espaços de atuação haverá organização, já que esta existe em todas as formas da vida em sociedade, sendo constituída desde o início da humanidade. Vale destacar que organização é analisada aqui como qualquer agrupamento humano, consistindo numa estrutura formalizada, ou seja, presença da hierarquia, com ordenamentos, disciplina e objetivos comuns. As organizações devem ser entendidas como heterogêneas, sendo um

sistema social formado por pessoas que mantém entre si relações sociais, destacando que em qualquer forma organizativa humana há relações de poder. Não existe na história qualquer forma de organização social que não se tenha dividido em dois grupos: o dos que mandam e o dos que obedecem. Em suma, as organizações se pautam pelos princípios de eficiência e eficácia, com vistas a utilizar de forma racional seus recursos a fim de atingir seus objetivos propostos.

Com isso, não é possível desvencilhar a prática do assistente social de uma organização, já que atua com organizações familiares, ONG's, instituições privadas, órgãos judiciários, o aparelho Estatal (até então o maior empregador da categoria), enfim, uma série de organizações que vão tendo modificações ao longo do tempo e exigindo do profissional novas posturas, conhecimentos e práticas, conforme as mudanças sociais apresentadas.

[...] não são os trabalhadores sociais que estão provocando as mudanças institucionais mais significativas. São as novas políticas exigidas pelo processo de modernização que estão impondo novos padrões de eficácia e eficiência. Não se deve entender modernização como uma evolução autônoma, mas como resultante do processo global das contradições sociais (FALEIROS, 2001, p.31).

Isso é notório quando se faz um balanço histórico das transformações ocorridas no século XX, como a inovação tecnológica, o que propiciou a robotização e o surgimento dos microcomputadores, os avanços no campo da medicina, o individualismo exacerbado, a mercantilização da vida, a corrida armamentista e principalmente as mutações verificadas no mundo do trabalho, decorrentes da reestruturação do capitalismo, causando rebatimentos profundos na vida do trabalhador, seja ele da área urbana ou rural. Esses fenômenos ocorridos principalmente na segunda metade do século XX, denominou-se Revolução Tecnológica ou Terceira Revolução Industrial. Tal fato provocou desemprego abundante e aprofundou o quadro de miséria de grande parte da população, fazendo com que esta buscasse no Serviço Social medidas efetivas e respostas concretas para o quadro emergente.

Além disso, verifica-se na atual conjuntura a desestruturação do Estado, onde este minimiza os gastos com as políticas sociais conferindo tal responsabilidade à sociedade civil. O que se tem hoje é uma mercantilização dos serviços sociais, que no dizer de Faleiros,

Esta mercantilização implica a transformação de situações de perda de capacidade de trabalho em fontes de lucro. Isto se vê, por exemplo, na compra e venda de serviços de saúde, na compra e venda de seguros sociais, na compra e venda de educação, na compra e venda de informações, e de forma bastante direta. Em relação aos seguros, o beneficiário paga previamente sua aposentadoria ou serviços médicos ou outros benefícios que venha a obter (FALEIROS, 2001, p.22).

Portanto, o novo cenário gerou conseqüências nefastas para muitos segmentos populacionais e passou a exigir do trabalhador uma maior qualificação profissional, inclusive dos assistentes sociais, que para atuarem com essa demanda necessita ter um conhecimento sistematizado do paradigma apresentado, para traçar ações, programas, projetos e políticas efetivas no campo dos direitos sociais.

Na contemporaneidade, o assistente social, inserido nas organizações, deve ser dotado de conhecimento científico e sensível para propor ações, negociar com o corpo administrativo, explicitar seu papel, objetivos e finalidades dentro das instituições.

Nesse atual contexto,

Exige-se um profissional qualificado, que reforce e amplie a sua competência crítica; não só executivo, mas que pensa, analisa, pesquisa e decifra a realidade. Alimentado por uma atitude investigativa, o exercício profissional cotidiano tem ampliadas as possibilidades de vislumbrar novas alternativas de trabalho nesse momento de profundas alterações na vida em sociedade. O novo perfil que se busca construir é de um profissional [...] criativo e inventivo, [...], contribuindo, também, para moldar os rumos de sua história (IAMAMOTO, 1998, p.48).

É importante salientar que nem sempre os objetivos pessoais dos indivíduos coincidem com os da organização e sendo

assim, torna-se necessário buscar estratégias de negociação, o que implica em avanços e retrocessos. Os limites profissionais e institucionais podem ser superados utilizando estratégias por meio de planejamento, com a intencionalidade de descentralização, participação, interação do grupo visando objetivos comuns, e tudo isso considerando os indivíduos como seres ativos, que pensam, agem e tem seus projetos pessoais. Contudo, torna-se elemento fundamental da prática cotidiana o exercício de lidar com os limites e possibilidades, sejam eles, pessoais ou institucionais.

Um grande desafio posto pela profissão nos dias atuais é no que tange a perda de espaços profissionais, muitos deles por desconhecerem o verdadeiro significado e importância do Serviço Social, como uma das especificidades da área social. Muitas organizações vêm substituindo e contratando demais profissionais da área social por desconhecimento da proposta profissional do Serviço Social. Com base na análise de Faleiros (2001, p.19), é notável a falta de consistência teórica dentro da profissão que possa nortear e delinear o objeto e os objetivos do Serviço Social.

Assim, emergem novos desafios para a profissão concernentes a sua proposta interventiva, e por isso torna-se indispensável se apropriar da teoria do conhecimento, de métodos, técnicas e processos para atuar nas esferas micro e macro-sociais. No mais, vale destacar que é impossível conceber a prática dicotomizada da teoria, visto que elas se retroalimentam, e também em nenhum momento dissociar o sujeito do objeto e dos objetivos visados. O que se deve ter como prioridade, independente do espaço organizacional de atuação dos profissionais é a qualidade na prestação dos serviços sociais, o compromisso com a população usuária, atuação com vistas a garantir os direitos de cidadania e respeito ao Código de Ética Profissional. Não se pode esquecer nesse contexto capitalista, que o assistente social é um trabalhador assalariado como os demais e necessita vender sua força de trabalho ao mercado em troca de um salário para a sua sobrevivência.

Atualmente, no exercício da profissão pode-se verificar que as políticas públicas ainda agem na patologia e não na prevenção. Isso traz inúmeras inquietações ao Serviço Social que trabalha principalmente na esfera da execução das políticas e tem pouca representatividade no plano decisório.

Porém, as problemáticas apresentadas na atualidade exigem um profissional cada vez mais propositivo, polivalente e versátil, com conhecimento de informática, idiomas, dentre outros.

O momento presente desafia os assistentes sociais a se qualificarem para acompanhar, atualizar e explicar as particularidades da questão social nos níveis nacional, regional e municipal, diante das estratégias de descentralização das políticas públicas. Os assistentes sociais encontram-se em contato direto e cotidiano com as questões da saúde pública, da criança e do adolescente, da terceira idade, da violência, da habitação, da educação, etc., acompanhando as diferentes maneiras como essas questões são experimentadas pelos sujeitos (IAMAMOTO, 1998, p.41).

Portanto, compreender a prática do Serviço Social é situá-la na trama das relações sociais, situando seu objeto que é histórico, ou seja, a questão social, buscando decifrar os processos sociais em que são produzidas e reproduzidas e suas implicações para o tecido social. Não se pode perder de vista a dimensão política, educativa e técnica da profissão. Um dos grandes desafios dos profissionais é a ruptura com as práticas herdadas no decorrer da história que consistem em ações fragmentadas, focalizadas, paliativas e assistencialistas, e ainda se fazem presentes nos dias atuais.

No mais, vale ressaltar que o Serviço Social necessita da organização para operacionalizar seu trabalho, já que conforme lamamoto (1998, p.63) não detém meios técnicos, financeiros e humanos para a efetivação de seu trabalho autônomo, e por isso é a organização que legitima o processo de trabalho do qual participa o assistente social.

Historicamente, o Serviço Social esteve atrelado ao compromisso com melhores condições e qualidade de vida dos segmentos pauperizados e marginalizados da sociedade.

Por entender que o assistente social não trabalha isoladamente nas organizações em que atua e sim em equipe, onde este se constitui como uma especialidade no campo do saber, cabe aqui uma menção a proposta da interdisciplinaridade como alternativa de intervenção profissional.

Nas últimas décadas o Serviço Social avançou de forma expressiva no tange à produção do conhecimento, com a implantação da ABESS, que hoje é a ABEPSS, dos Programas de Pós-Graduação (mestrados e doutorados) espalhados por todo o país, uma revista que divulga a produção científica dos profissionais da área, a Serviço Social e Sociedade, dentre outros.

Vale destacar que o Serviço Social apropria-se do conhecimento das Ciências Sociais, como a Sociologia, a Política, a Antropologia, a Economia, dentre outras.

Com isso verifica-se que o Serviço Social vem ganhando espaço e busca legitimidade como área do conhecimento.

Conforme a análise de Rodrigues (1995, p.155), o Serviço Social tem contribuição na construção coletiva do conhecimento no conjunto das Ciências Sociais.

Para a mesma autora, o Serviço Social não é uma área que se constitui como produtora de conhecimento, sendo considerada como uma profissão da prática, atuando no enfrentamento da “questão social” nas esferas macro e micro-sociais.

É uma profissão vigorosa, combatente que, no plano “macro”, constantemente se confronta com o binômio “solidariedade e barbárie social” e que se confronta também, no cotidiano, com as necessidades e carências fundamentais do homem, não só na esfera do econômico e técnico, como também na do afetivo (RODRIGUES, 1995, p.154).

Ao abordar a questão da interdisciplinaridade vale destacar que o Serviço Social não é a única especialidade no campo social, e por isso interage com demais ramos do conhecimento.

A interdisciplinaridade, fenômeno atual, visto que começa a ser discutido na segunda metade do século XX, coloca em evidência e na pauta contemporânea a ruptura com o dogmatismo, com a hierarquização dos saberes, com o conhecimento unívoco e detentor da verdade. Busca um conhecimento integrado entre as diversas áreas do saber, de forma crítica, dialógica e reflexiva, considerando que nenhuma disciplina isolada pode dar respostas a uma situação colocada pela realidade.

Tal proposta tem sido considerada por muitos intelectuais como uma heresia, visto que até então alguns ramos do saber estavam fechados em si, fruto de uma tradição positivista, negando o diálogo e a convivência com o diferente.

Assim, tal proposta objetiva sair da endogenia científica, visando a desmistificação do conhecimento e de sua univocidade para dialogar no plano da alteridade e trabalhar numa perspectiva inovadora.

No mais, Rodrigues (1995, p.157) afirma que o Serviço Social é uma profissão interdisciplinar por excelência, uma vez que se apropria de conhecimentos diversificados para sua fundamentação teórico-prática, num constante movimento crítico da práxis cotidiana. Além disso, busca conhecimentos em outras áreas e assim constrói novos conhecimentos.

Mas antes mesmo da efetivação de práticas interdisciplinares, lança-se uma outra proposta, a transdisciplinaridade, que segue orientações similares as do trabalho interdisciplinar, mas pretende extrapolar as barreiras da interdisciplinaridade.

Rodrigues (2000, p.125) compreende a proposta transdisciplinar como um movimento que se estabelece “entre”, “através” e para “além” das disciplinas. No entanto a interdisciplinaridade não tem a intencionalidade de unir conhecimentos, apenas haver a parceria e a mediação de conhecimentos.

Em suma, a transdisciplinaridade visa o diálogo entre as diversas áreas do saber, sem hierarquização, com o intuito de ultrapassar as fronteiras das disciplinas, além de permitir uma formação e qualificação diversificada, sem eliminar a diversidade, a dúvida e as incertezas.

Vale salientar que a transdisciplinaridade encontra fundamentação na teoria da Complexidade de Edgar Morin.

Diante de tais mudanças paradigmáticas que vem ocorrendo no cenário mundial e especificamente o brasileiro, urge ao Serviço Social novos desafios e ações que dêem respostas

satisfatórias à parcela demandatária da política de assistência social. Além disso, o profissional precisa conhecer seus limites e possibilidades para atuar nas organizações e ganhar espaços legítimos para sua prática cotidiana. *

Com isso, percebe-se que,

O Serviço Social, por si mesmo, possui elementos que se constituem em pontos de partida, em processos e em resultados de ações coletivas diversificadas, que precisam ser conhecidos e explorados, não como um objeto – ingenuamente representado como homogêneo -, como uma “missão” qualquer a ser cumprida, mas como uma possibilidade real de intervenção para gerar mudanças sociais (GENTILLI, 2001, p.72).

Entretanto, o assistente social deve trabalhar na perspectiva da emancipação do homem, assegurando seus direitos de cidadania. e não aprisioná-los numa relação de saber e poder, que venha a resultar num sistema de dominação⁶.

Para isso, o profissional deve estar comprometido com uma prática transdisciplinar, em que se predomina a inclusão social e o acesso da sociedade aos bens e serviços produzidos coletivamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em resumo, o trabalho de todos profissionais, inclusive o do Serviço Social deve ser constantemente permeado, como se tentou demonstrar acima, por um conhecimento dialógico, reflexivo e crítico.

A participação na vida social por meio do diálogo é de suma importância no que concerne à expansão do conhecimento. Com o diálogo, pode-se entender a lógica alheia e com isso agregar, aprimorar ou mesmo mudar a idéia fixa diante algo. E com isso, facilitar a negociação e a mediação no ambiente de trabalho.

⁶ Dominação aqui é entendida na perspectiva weberiana, como uma “situação em que uma vontade manifesta (mandado) do “dominador” ou dos “dominadores” quer influenciar as ações de outras pessoas (do “dominado” ou dos “dominados”), e de fato as influencia de tal modo que estas ações [...] se realizam como se os dominados tivessem feito do próprio conteúdo do mandado a máxima de suas ações (“obediência)” (2000, p.191, vol.2).

É de grande estima que o Assistente Social assuma pela emancipação do sujeito, valorizando-o e o considerando como agente ativo. As decisões devem ser defendidas por meio de algo que foi refletido e acordado por todos os envolvidos. *

Assim, após uma análise estrutural, conjuntural e situacional em um processo histórico e teórico, há a socialização do conhecimento e a noção de limites permite a construção das possibilidades. Em outras palavras, de acordo com Faleiros (1997) o objeto se constrói historicamente no real e o Serviço Social deve perpassá-lo, a fim de instrumentalizar o sujeito, fazendo assim sua desconstrução, a transformação deste por si mesmo e posteriormente sua reconstrução.

REFERÊNCIAS

- CAVALCANTI, S.A.U. Reforma do Estado e Políticas Sociais no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n.68, p.34-53, 2001.
- FALEIROS, V.P. **Estratégias em Serviço Social**. 1.ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- FALEIROS, V.P. **Saber profissional e poder institucional**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- GENTILLI, R.M.L. Padrões de profissionalidade da prática do Serviço Social. **Debates Sociais**, n.59. Ano XXXVI, Prêmio CBCISS "Araxá 30 anos" CBCISS. Rio de Janeiro, 2001.
- IAMAMOTO, M.V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 1998.
- IAMAMOTO, M.V. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1992.
- IAMAMOTO, M.V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 13.ed. São Paulo, Cortez, 2000.
- MARTINELLI, M.L. **Serviço Social: identidade e alienação**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MOTTA, F.C.P.; PEREIRA, L.C.B. **Introdução à Organização Burocrática**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

NETTO, J.P. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

PAIVA, B.A.; ROCHA, P.E. O financiamento da política de assistência social em perspectiva. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n.68 p.83-110, 2001.

RODRIGUES, M.L. Caminhos da transdisciplinaridade: fugindo às injunções lineares. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, Ano XXI, n.64, p.124-134, 2000.

RODRIGUES, M.L. O Serviço Social e a perspectiva interdisciplinar. In: MARTINELLI, M.L. (Orgs.). **O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber**. São Paulo: Cortez, 1995, p.152-158.

RODRIGUES, M.L. Prática Profissional: reinventado o espaço da microatuação. **Revista Serviço Social e Realidade**, Franca: UNESP, v.6, n.1, p.91-104, 1997-1998.

SILVA, M.L.L. Cidadania, Globalização e Previdência Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n.68, 2001, p.5-16.

SILVA, M.O.S. (Coord.). **O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. São Paulo: Cortez, 1995.

SPOSATI, A. Desafios para fazer avançar a política de Assistência Social no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n.68, p.54-82, 2001.

TEIXEIRA, F.J.S.; OLIVEIRA, M.A. (Orgs.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1996.

WEBER, M. **Economia e Sociedade**. 4.ed. Brasília: Editora UNB, v.2, 2000.

